



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**

### **1. PREÂMBULO:**

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Pregoeiro designado, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

#### **DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

DATA: **22 DE JUNHO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **15H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **[prefeituradequijingue4@gmail.com](mailto:prefeituradequijingue4@gmail.com)**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

## **2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, compreendendo itens destinados à manutenção, conservação, organização, apoio administrativo e operacional das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais, visando atender de forma contínua e eficiente às necessidades da Administração Pública do Município de Quijingue/BA.**

2.2. A licitação será composta por **lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

2.4. O presente edital vincula-se integralmente ao Termo de Referência (Anexo II), o qual contém as especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais beneficiários previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 81/2025 poderão usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na legislação aplicável, inclusive dos benefícios relacionados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, observados os requisitos, critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

### **3.8. GARANTIA DA PROPOSTA**

3.8.1. Será exigida garantia de proposta, como requisito de condição de aceitabilidade/participação da proposta, nos termos do art. 58



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do lote para o qual a licitante apresentar proposta, podendo ser apresentada nas modalidades legalmente admitidas, visando assegurar a seriedade da proposta, a mitigação de riscos administrativos e a proteção do interesse público.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

3.8.3. A exigência da garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência (Anexo II), considerando o valor estimado da contratação, a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

- I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;
- II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

- I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;
- II. Deixar de assinar o contrato ou não apresentar a garantia contratual, quando exigida.

3.8.7. A exigência de garantia da proposta possui a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas apresentadas, mitigar riscos de desistência injustificada, fortalecer a segurança jurídica da contratação e preservar a eficiência do procedimento licitatório, observando o disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.2. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.3. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. A Administração poderá exigir, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexecutabilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da executabilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.7. O chat permanecerá disponível durante toda a sessão pública, podendo o Pregoeiro utilizá-lo conforme necessidade para comunicação com os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do lance imediatamente anterior, aplicado de forma uniforme para todos os lotes.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.16. A vedação de identificação da proposta aplica-se exclusivamente aos campos do sistema eletrônico, sendo admitida a identificação nos documentos anexados quando exigidos após a fase de lances.

## **7. FASE DE JULGAMENTO:**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

7.11.1. A caracterização de inexequibilidade poderá ensejar a desclassificação automática da proposta, podendo a Administração oportunizar à licitante a comprovação da viabilidade econômica da oferta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade dos preços propostos.

7.11.2. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, memória de cálculo, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos que evidenciem a compatibilidade da proposta com os custos de mercado.

7.11.3. Não serão considerados aptos à comprovação da exequibilidade documentos que evidenciem custos superiores aos valores ofertados ou que se baseiem exclusivamente em alegações genéricas de redução de custos ou economia de escala desacompanhadas de comprovação objetiva.

7.11.4. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão possuir data compatível com a realidade de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

mercado, admitindo-se, como referência, documentos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do certame.

7.11.5. Caso não seja comprovada a exequibilidade da proposta, esta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

7.11.6. A apresentação de informações inverídicas ou insuficientes para comprovação da exequibilidade sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.14. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexecutáveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.

7.15. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável preferencialmente em formato editável (DOC, DOCX, XLS ou XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas**, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a verificação da assinatura digital, será oportunizada diligência para comprovação da autenticidade do documento, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

9.13. A habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **10. DOS RECURSOS:**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

#### **16. DO PAGAMENTO:**

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

#### **17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência

19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**José Romero Rocha Matos Filho**

**Prefeito Municipal de Quijingue**

**Delma Conceição Silva Rocha**

**Secretária Municipal de Educação**

# EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**  
**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**01 - INTRODUÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a viabilidade técnica da contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos que compõem a Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

O documento foi elaborado em observância às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, especialmente ao disposto nos arts. 6º, inciso XX, e 18, constituindo instrumento de planejamento destinado à identificação da necessidade administrativa, avaliação das soluções disponíveis no mercado e demonstração da viabilidade da contratação pretendida.

A contratação pretendida visa garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas, operacionais, educacionais e assistenciais desenvolvidas pelo Município, assegurando o fornecimento contínuo dos materiais necessários à manutenção das rotinas de trabalho e à prestação dos serviços públicos à população.

A elaboração deste estudo busca demonstrar que a solução pretendida mostra-se adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, permitindo à Administração Pública selecionar a alternativa mais vantajosa para o atendimento do interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar servirá como fundamento para a elaboração dos demais instrumentos da fase preparatória da contratação, especialmente o Termo de Referência, a pesquisa de preços e os demais documentos necessários à instrução do processo administrativo.

**02 - INFORMAÇÕES GERAIS:**

**Fundamento Legal:**

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

**Objeto:**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, compreendendo itens destinados à manutenção, conservação, organização, apoio administrativo



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

e operacional das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais, visando atender de forma contínua e eficiente às necessidades da Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

**Equipe de Planejamento:**

- Samuel de Matos Barreto - Matrícula Nº 211326 – (Representante da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico – Coordenador da Comissão de Planejamento);

- Wellyngton Barbosa Portugal - Matrícula Nº 211323 (Representante da Secretaria Municipal de Educação);

**03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

**Base legal: Art. 18, §1º, I.**

A presente contratação decorre da necessidade de garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas, operacionais, educacionais e assistenciais desenvolvidas pelas diversas Secretarias e órgãos que compõem a estrutura da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.

Os materiais e utensílios de uso geral constituem itens essenciais para a manutenção das rotinas de trabalho, organização dos ambientes, apoio às atividades institucionais, atendimento ao público, execução de ações educacionais, suporte às unidades administrativas e desenvolvimento das atividades desempenhadas pelos diversos setores municipais.

A inexistência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a continuidade dos serviços públicos, ocasionando dificuldades operacionais, redução da eficiência administrativa e prejuízos ao atendimento das demandas da população.

Dentre os materiais a serem adquiridos encontram-se utensílios domésticos, materiais destinados ao preparo e distribuição de alimentação escolar, itens utilizados em creches e unidades educacionais, materiais de apoio às atividades administrativas e operacionais, bem como demais utensílios necessários ao funcionamento regular dos órgãos municipais.

A contratação pretendida busca assegurar o abastecimento contínuo dos setores demandantes, permitindo que a Administração Municipal disponha dos materiais necessários para execução de suas atribuições institucionais, evitando desabastecimentos e garantindo maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais, promovendo melhores condições de funcionamento da estrutura administrativa e contribuindo para o atendimento do interesse público e das necessidades da população do Município de Quijingue/BA.

**04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A contratação deverá contemplar o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos que compõem a Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, apresentar qualidade compatível com os padrões de mercado e atender integralmente às especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e embalados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e utilização.

Quando aplicável, os materiais deverão atender às normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança expedidas pelos órgãos competentes, bem como possuir certificações, registros ou selos de qualidade exigidos pela legislação vigente.

Os utensílios destinados ao preparo, armazenamento e distribuição de alimentos deverão ser fabricados com materiais adequados ao contato com alimentos, observando as exigências sanitárias pertinentes.

O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente.

A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender aos quantitativos solicitados durante toda a vigência da contratação, garantindo regularidade no abastecimento dos setores demandantes.

As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração Municipal, dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência.

A contratada será responsável pelo transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos materiais, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Os materiais que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas deverão ser substituídos pela contratada, sem custos adicionais para o Município.

Durante toda a execução contratual, a empresa deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

A solução pretendida deverá assegurar o abastecimento contínuo das unidades administrativas, educacionais e assistenciais do Município, contribuindo para a manutenção da eficiência dos serviços públicos e para o adequado atendimento das necessidades da população.

#### **05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

**Base legal: Art. 18, §1º, III e V.**

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no levantamento das necessidades encaminhadas pelas diversas Secretarias



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Municipais, considerando o consumo histórico, a demanda projetada para o período de vigência da futura contratação, a ampliação e manutenção dos serviços públicos, bem como a necessidade de assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas, operacionais, educacionais e assistenciais desenvolvidas pela Administração Municipal.

Os quantitativos estimados foram definidos de forma a garantir o abastecimento regular dos setores demandantes, evitando descontinuidade na prestação dos serviços públicos e observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	VASILHA COM TAMPA - CAPACIDADE: 10 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: 40CM X 26CM X 12,5CM. FABRICADA EM PLÁSTICO PP (POLIPROPILENO) LIVRE DE BPA (BISFENOL A).	UNIDADES	1000
02	VASILHA EM MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 20 LITROS, COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA 46.7 CM X 32.3 CM X 17.9 CM COM TAMPA.	UNIDADES	1000
03	VASILHA, PLÁSTICA, TRANSPARENTE, 30 CM DE DIÂMETRO, CAPACIDADE 5 LITROS, COM TAMPA.	UNIDADES	1000
04	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO 20 LITROS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALUMÍNIO POLIDO COM ABA E TAMPA. DIÂMETRO – ALTURA: 30X30CM.	UNIDADES	300
05	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO 30 LITROS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALUMÍNIO POLIDO COM ABA E TAMPA. DIÂMETRO – ALTURA: 35X35CM.	UNIDADES	300
06	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO 50 LITROS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALUMÍNIO POLIDO COM ABA E TAMPA. DIMENSÃO DO PRODUTO (A X L X P): 43X53X53CM.	UNIDADES	300
07	CANECA PLÁSTICA ESCOLAR COMPOSIÇÃO FABRICADO EM POLIPROPILENO BMC OU SMC DE ALTA DURABILIDADE, VIRGEM, ATÓXICA E PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA A PEÇA CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS.	UNIDADES	6000
08	EDREDOM PARA BERÇO - MALHA 100% ALGODÃO; ANTIALÉRGICO; MED. MÍNIMAS: 0,95 X 1,40 M, CORES AZUL, BRANCO, AMARELO E ROSA.	UNIDADES	1000
09	COLCHONETE 1,20 X 60 X 4 CM - MATERIAL: ESPUMA - REVESTIMENTO: NAPA IMPERMEÁVEL SEM ZÍPER.	UNIDADES	1000



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT
10	COLHER DE PAU MADEIRA OVAL TAMANHO GRANDE 60CM CLÁSSICA.	UNIDADES	600
11	COLHER PLÁSTICA 15 ML COMPRIMENTO DO CABO 12 CM, PARA MERENDA ESCOLAR.	UNIDADES	6000
12	CONCHA LINHA HOTEL Nº 12 EM ALUMÍNIO.	UNIDADES	600
13	ESCORREDOR DE MACARRÃO INDUSTRIAL. CAPACIDADE: 21 LITROS. MATERIAL EM ALUMÍNIO.	UNIDADES	60
14	ESCORREDOR DE MACARRÃO INDUSTRIAL: 6,5 LITROS, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM ALÇAS REFORÇADAS.	UNIDADES	100
15	FRIGIDEIRA INDUSTRIAL Nº 32.	UNIDADES	150
16	FRIGIDEIRA INDUSTRIAL Nº 34.	UNIDADES	150
17	FRONHA BEBÊ, MEDIDAS: 70 CM X 50 CM, COR BRANCA, TECIDO 100% ALGODÃO, 200 FIOS.	UNIDADES	3000
18	GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE: 3 LITROS.	UNIDADES	200
19	GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE: 5 LITROS.	UNIDADES	300
20	LENÇOL PARA BERÇO C/ ELÁSTICO POLIÉSTER 300 FIOS.	UNIDADES	3000
21	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE PARA 10 LITROS.	UNIDADES	150
22	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL 25 LITROS.	UNIDADES	120
23	CUSCUZEIRO ALUMÍNIO LINHA HOTEL INDUSTRIAL Nº 30.	UNIDADES	300
24	CUSCUZEIRA Nº 50, LINHA INDUSTRIAL, CAPACIDADE DE 44 LITROS.	UNIDADES	100
25	PRATO PLÁSTICO ESCOLAR, EM MATERIAL DE POLIPROPILENO (PP), CAPACIDADE PARA 600ML.	UNIDADES	6000
26	TRAVESSEIRO INFANTIL PARA CRIANÇAS, ENCHIMENTO DE FIBRAS SINTÉTICAS, SILICONADAS EM FORMATO DE PÉROLAS, ANTIÁCARO E ANTIALÉRGICO.	UNIDADES	1000

A demanda contempla materiais e utensílios destinados à manutenção das atividades das unidades administrativas, escolas, creches, programas sociais, cozinhas institucionais e demais órgãos municipais, abrangendo utensílios domésticos, materiais para preparo e distribuição de alimentação, itens de cama e banho, materiais infantis e demais utensílios de uso geral necessários ao funcionamento da estrutura pública municipal.

As quantidades estimadas encontram-se detalhadas no levantamento de demanda que integra o processo administrativo e servirão



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

de base para a elaboração do Termo de Referência, da pesquisa de preços e dos demais documentos da fase preparatória da contratação.

A definição dos quantitativos buscou compatibilizar a necessidade administrativa com a utilização racional dos recursos públicos, permitindo que o fornecimento ocorra de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade da Administração durante a vigência da futura contratação.

## **06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**Base legal: Art. 18, §1º, IV.**

Para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado, constatando-se a existência de diversas empresas especializadas no fornecimento de materiais e utensílios de uso geral, aptas a atender às demandas da Administração Pública Municipal.

Verificou-se que os itens pretendidos são amplamente comercializados no mercado nacional, possuindo especificações padronizadas e características objetivamente definidas, o que favorece a ampla competitividade e possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Dentre as alternativas analisadas, foram consideradas:

**a) Aquisição direta e individualizada dos materiais por demanda específica:** alternativa que demandaria a realização de diversos procedimentos de contratação ao longo do exercício, aumentando custos administrativos, tempo de processamento e riscos de desabastecimento;

**b) Formação de estoque próprio mediante aquisição integral dos quantitativos estimados:** alternativa que poderia resultar em elevados custos de armazenamento, riscos de perdas, danos, deterioração e utilização ineficiente dos recursos públicos;

**c) Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos materiais e utensílios de uso geral:** alternativa considerada mais vantajosa, por permitir aquisições conforme a necessidade efetiva da Administração, garantindo maior eficiência logística, racionalização dos estoques, economicidade e continuidade do abastecimento dos setores municipais.

Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos materiais e utensílios de uso geral representa a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração Municipal, por reunir melhores condições de economicidade, eficiência operacional, competitividade e gestão dos recursos públicos.

A solução escolhida encontra ampla oferta no mercado, permitindo a participação de diversos fornecedores e favorecendo a obtenção da



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios e objetivos previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.**

O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 895.138,80 (oitocentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e oitenta centavos)**, apurado a partir de pesquisa de preços realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa de preços foi elaborada com base em levantamento mercadológico realizado pela Administração, considerando valores praticados no mercado, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, bancos de preços oficiais e demais fontes admitidas pela legislação vigente, buscando assegurar a obtenção de preços compatíveis com a realidade de mercado.

O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos, despesas com transporte, frete, carregamento, descarregamento, armazenamento, seguros e demais custos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento dos materiais e utensílios de uso geral.

A estimativa orçamentária possui caráter referencial e visa subsidiar a Administração na definição da modalidade de contratação, na avaliação da vantajosidade das propostas apresentadas e na verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda.

Considerando a natureza dos itens e os quantitativos estimados, conclui-se que o valor apurado mostra-se compatível com os preços praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos que compõem a Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

A contratação abrangerá o fornecimento de utensílios domésticos, materiais destinados ao preparo, armazenamento e distribuição de alimentos, itens de cama e banho, materiais infantis, recipientes plásticos, utensílios de cozinha industrial, equipamentos de apoio às unidades escolares, creches e demais materiais correlatos necessários ao regular funcionamento das atividades desenvolvidas pelos órgãos municipais.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, possibilitando que a Administração adquira os materiais conforme sua necessidade efetiva, promovendo maior controle dos estoques, racionalização dos recursos públicos e redução de desperdícios.

A solução contempla a disponibilização dos materiais em conformidade com as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, observando padrões adequados de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho compatíveis com a finalidade de utilização dos produtos.

A contratação permitirá o abastecimento contínuo das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais do Município, garantindo condições adequadas para execução das atividades institucionais e para a prestação dos serviços públicos à população.

Diante das alternativas avaliadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado dos materiais e utensílios de uso geral representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade dos serviços públicos e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **09 - JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA**

**Base legal: Art. 58 da Lei nº 14.133/2021**

Considerando a política administrativa adotada pelo Município e a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de segurança jurídica, gestão de riscos e proteção ao interesse público nas contratações públicas, será exigida garantia de proposta nos procedimentos licitatórios realizados na modalidade Pregão, observadas as disposições do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

A garantia de proposta possui finalidade de assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes, reduzir riscos relacionados à apresentação de propostas sem efetiva capacidade de execução, minimizar ocorrências de desistências injustificadas, condutas oportunistas e comportamentos que possam comprometer a regularidade do procedimento licitatório ou a futura execução contratual.

A exigência busca ainda conferir maior segurança à Administração Pública, fortalecendo a fase competitiva do certame e contribuindo para seleção de propostas formuladas por licitantes efetivamente comprometidos com as obrigações assumidas perante a Administração.

Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021 estabelece expressamente, em seu art. 58, a possibilidade de exigência de garantia de proposta, constituindo instrumento legítimo de mitigação de riscos e mecanismo de proteção à Administração Pública.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

O entendimento jurisprudencial recente do Tribunal de Contas da União reforça a legalidade da medida. No Acórdão nº 1128/2026 – Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, o TCU reconheceu a validade da exigência prévia de garantia de proposta, destacando que a Lei nº 14.133/2021 instituiu um sistema de garantias voltado à adequada gestão dos riscos das contratações públicas, atribuindo à garantia de proposta a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas e evitar comportamentos oportunistas dos licitantes.

Conforme destacado no referido entendimento, a garantia de proposta atua como verdadeiro mecanismo de qualificação da competição, funcionando como instrumento destinado à proteção da Administração contrapropostas apresentadas sem efetiva capacidade ou compromisso de execução.

O Tribunal concluiu que a exigência da garantia de proposta mostra-se juridicamente defensável e não representa, por si só, restrição indevida à competitividade, desde que aplicada de forma objetiva, proporcional e em conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, considerando a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle, redução de riscos, proteção do interesse público, promoção da segurança jurídica e observância ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, fica justificada a exigência da garantia de proposta nos procedimentos licitatórios promovidos pela Administração Municipal, observados os limites e condições estabelecidos no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

## **10 - RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VII.**

Com a presente contratação, a Administração Pública Municipal pretende assegurar o fornecimento contínuo e adequado de materiais e utensílios de uso geral necessários ao funcionamento das diversas Secretarias e órgãos municipais, garantindo melhores condições para execução das atividades administrativas, operacionais, educacionais e assistenciais.

Espera-se promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos por meio da aquisição planejada e do fornecimento parcelado dos materiais, possibilitando o atendimento das demandas conforme a necessidade efetiva de consumo, reduzindo desperdícios e evitando a formação de estoques excessivos.

A contratação busca assegurar a continuidade dos serviços públicos, evitando desabastecimentos que possam comprometer o funcionamento das unidades administrativas, escolas, creches, programas sociais, cozinhas institucionais e demais setores da Administração Municipal.

Pretende-se ainda proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores municipais, garantindo a disponibilidade dos utensílios e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

materiais necessários ao desempenho regular das atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos públicos.

Como resultado esperado, busca-se obter maior economicidade, eficiência operacional, organização administrativa, padronização dos materiais utilizados pela Administração e melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

A solução proposta também visa fortalecer o planejamento das aquisições públicas, otimizar a gestão dos contratos administrativos e assegurar o atendimento do interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, espera-se que a contratação contribua para a manutenção da regularidade das atividades institucionais do Município, promovendo maior eficiência administrativa, melhor aproveitamento dos recursos públicos e adequado atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.

#### **11 - PARCELAMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, “b”.**

Após análise das características da contratação, verifica-se que o objeto é composto por diversos materiais e utensílios de uso geral com naturezas, finalidades e aplicações distintas, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal.

Considerando a diversidade dos itens que compõem a contratação, mostra-se tecnicamente recomendável o parcelamento do objeto em lotes, observando critérios de similaridade, afinidade funcional, natureza dos materiais e compatibilidade mercadológica, de forma a ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de maior número de fornecedores.

O parcelamento permite maior especialização dos fornecedores, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e contribui para a ampliação da disputa, sem comprometer a padronização, a eficiência da execução contratual ou a gestão do fornecimento.

Além disso, a divisão em lotes possibilita melhor gerenciamento contratual, maior controle do fornecimento, redução dos riscos de desabastecimento e maior flexibilidade na execução das demandas das Secretarias Municipais.

A adoção do parcelamento também se mostra compatível com os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento do objeto, mediante agrupamento dos itens em lotes tecnicamente compatíveis, a serem definidos na fase de elaboração do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Termo de Referência, em conformidade com as características dos materiais, a dinâmica do mercado fornecedor e as necessidades da Administração Municipal.

## **12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

A presente contratação possui relação com as atividades de manutenção e funcionamento das diversas Secretarias e órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, podendo estar associada a outras contratações destinadas ao atendimento das demandas administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais do Município.

Entre as contratações correlatas podem ser citadas aquelas destinadas à aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar, materiais de limpeza, materiais de expediente, mobiliário, equipamentos permanentes, utensílios diversos, materiais de copa e cozinha, materiais destinados às creches e unidades escolares, bem como demais aquisições necessárias ao regular funcionamento dos serviços públicos municipais.

Ressalta-se, contudo, que a presente contratação possui objeto próprio, específico e independente, não estando sua execução condicionada à realização prévia de outras contratações para que os resultados pretendidos sejam alcançados.

Dessa forma, embora existam contratações que guardem relação indireta com a utilização dos materiais e utensílios de uso geral pretendidos, não foram identificadas contratações correlatas cuja execução constitua requisito indispensável para a viabilidade da presente contratação.

Conclui-se, portanto, que a contratação poderá ser executada de forma autônoma e independente, contribuindo diretamente para o adequado funcionamento das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais e para a continuidade dos serviços públicos prestados à população.

## **13 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:**

**Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.**

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Administração Pública Municipal e aos objetivos de manutenção e desenvolvimento das atividades desempenhadas pelas diversas Secretarias e órgãos que compõem a estrutura administrativa do Município de Quijingue/BA.

A aquisição dos materiais e utensílios de uso geral constitui medida necessária para assegurar o regular funcionamento dos serviços públicos, garantindo suporte às atividades administrativas, operacionais, educacionais e assistenciais desenvolvidas pelo Município.

A demanda decorre de necessidade permanente da Administração, estando compatível com as ações de gestão, manutenção e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

continuidade dos serviços públicos prestados à população, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Registra-se que o Município encontra-se em processo contínuo de aperfeiçoamento e consolidação dos instrumentos de planejamento das contratações públicas, especialmente o Plano de Contratações Anual – PCA, de modo que a eventual ausência formal da presente demanda no referido instrumento não impede sua realização, desde que devidamente demonstrada a necessidade administrativa e o interesse público envolvido.

Dessa forma, verifica-se que a presente contratação é compatível com o planejamento administrativo municipal e com os objetivos institucionais da Administração Pública, atendendo às disposições contidas no art. 12, inciso VII, e no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

#### **14 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

**Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.**

Após a realização do levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa identificada, verificou-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal de Quijingue/BA.

A escolha da solução fundamenta-se na ampla disponibilidade dos produtos no mercado, na existência de diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda e na possibilidade de obtenção de condições mais vantajosas para a Administração por meio de procedimento competitivo.

Foram avaliadas alternativas como aquisições individualizadas por demanda específica, formação de estoque integral e fornecimento parcelado. Dentre elas, a contratação mediante fornecimento parcelado mostrou-se a mais eficiente sob os aspectos técnico, operacional e econômico, uma vez que possibilita aquisições conforme a necessidade efetiva da Administração, reduz custos de armazenamento, minimiza riscos de perdas e desperdícios e proporciona melhor gestão dos recursos públicos.

A solução escolhida permite maior flexibilidade no abastecimento das unidades administrativas, educacionais e assistenciais do Município, assegurando a continuidade dos serviços públicos e o atendimento das demandas institucionais ao longo da vigência contratual.

Além disso, a contratação está alinhada aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, competitividade e seleção da proposta mais



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

vantajosa para a Administração, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral representa a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada, reunindo condições de viabilidade técnica, operacional e econômica compatíveis com o interesse público e com os objetivos da Administração Municipal.

#### **15 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, IX.**

Para viabilizar a futura contratação, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à instrução regular do processo, incluindo a elaboração dos documentos da fase preparatória, realização da pesquisa de preços, definição das especificações técnicas dos materiais, consolidação das demandas encaminhadas pelas Secretarias Municipais e verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa.

Deverão ser elaborados o Termo de Referência, mapa de riscos, pesquisa mercadológica, estimativa de preços e demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, visando subsidiar a realização do procedimento licitatório.

As Secretarias demandantes deverão promover o adequado planejamento das quantidades necessárias para atendimento de suas atividades durante a vigência da contratação, permitindo maior eficiência na gestão do fornecimento e na utilização dos recursos públicos.

A Administração deverá definir os procedimentos de recebimento, controle, armazenamento e distribuição dos materiais adquiridos, de forma a assegurar a adequada gestão dos estoques e o atendimento das necessidades dos setores requisitantes.

Também deverão ser designados os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização da futura contratação, observando as disposições do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza do objeto, não foram identificadas necessidades de adequações estruturais relevantes, aquisição prévia de equipamentos ou implementação de soluções complementares para viabilizar a execução da futura contratação.

Dessa forma, as providências prévias necessárias concentram-se nas atividades administrativas de planejamento, instrução processual, gestão contratual e organização logística do fornecimento, sendo plenamente viáveis no âmbito da estrutura administrativa do Município de Quijingue/BA.

#### **16 - IMPACTOS AMBIENTAIS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XII.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A contratação pretendida possui impactos ambientais considerados de baixa relevância, uma vez que seu objeto consiste no fornecimento de materiais e utensílios de uso geral destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.

Os principais impactos ambientais relacionados à futura contratação estão associados à utilização de matérias-primas na fabricação dos produtos, ao consumo de recursos naturais, à geração de embalagens e resíduos sólidos decorrentes da utilização dos materiais adquiridos.

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais, a futura contratação deverá observar, sempre que possível, critérios de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, priorizando produtos fabricados em conformidade com a legislação ambiental vigente e com padrões adequados de qualidade e durabilidade.

Os fornecedores deverão observar as normas ambientais aplicáveis às suas atividades produtivas, de transporte, armazenamento e comercialização dos materiais, bem como adotar práticas que promovam a redução de desperdícios e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, poderão ser admitidos materiais produzidos com componentes recicláveis, reutilizáveis ou que contribuam para a redução dos impactos ambientais decorrentes de sua utilização.

A Administração Municipal deverá promover a utilização racional dos materiais adquiridos, adotando medidas de controle de consumo, armazenamento adequado e descarte responsável dos resíduos eventualmente gerados.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos e plenamente mitigáveis mediante a observância da legislação ambiental vigente, adoção de boas práticas de sustentabilidade e utilização racional dos materiais e utensílios adquiridos.

#### **17 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:**

**Base legal: Art. 18, §1º, X.**

A análise de riscos da presente contratação foi realizada com o objetivo de identificar eventos que possam comprometer o atendimento da necessidade administrativa, a execução contratual e a obtenção dos resultados pretendidos, permitindo a adoção de medidas preventivas e mitigadoras.

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS</b>
Fracasso ou deserto do procedimento licitatório	Média	Alto	Ampla divulgação do certame, especificações adequadas e pesquisa de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

<b>RISCO IDENTIFICADO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS</b>
			preços compatível com o mercado.
Apresentação de propostas inexecutáveis	Média	Alto	Aplicação das disposições da Lei nº 14.133/2021, realização de diligências e exigência de comprovação de exequibilidade quando necessário.
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Estabelecimento de prazos de entrega, fiscalização contratual e aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.
Fornecimento de materiais em desacordo com as especificações	Média	Alto	Conferência no recebimento, fiscalização rigorosa e substituição obrigatória dos itens rejeitados.
Entrega de materiais com baixa qualidade ou defeitos	Média	Alto	Definição detalhada das especificações técnicas e exigência de substituição dos produtos inadequados.
Desabastecimento dos setores municipais	Baixa	Alto	Planejamento adequado das aquisições e fornecimento parcelado conforme demanda.
Oscilações relevantes de preços de mercado	Média	Médio	Pesquisa de preços atualizada e adoção das medidas previstas na legislação para manutenção do equilíbrio contratual.
Descumprimento das obrigações contratuais pela contratada	Média	Alto	Fiscalização contínua, notificações formais e aplicação das



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS
			penalidades previstas na legislação e no contrato.
Insuficiência de controle na distribuição dos materiais	Baixa	Médio	Controle de estoque, registros de entrada e saída e acompanhamento pelos setores responsáveis.
Apresentação de documentação irregular durante a execução contratual	Baixa	Médio	Verificação periódica da manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada.

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos identificados são compatíveis com a natureza da contratação e podem ser adequadamente gerenciados mediante planejamento, fiscalização eficiente, acompanhamento contratual e adoção das medidas preventivas indicadas, não representando impedimento para a realização da contratação pretendida.

**18 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, XIII.**

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos identificados são compatíveis com a natureza e complexidade da contratação pretendida, apresentando níveis aceitáveis de probabilidade e impacto, podendo ser adequadamente administrados por meio de ações de planejamento, controle, monitoramento e fiscalização contratual.

As medidas preventivas e mitigadoras propostas mostram-se suficientes para reduzir a ocorrência dos eventos identificados e minimizar eventuais efeitos adversos sobre a execução contratual, contribuindo para a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração.

Dessa forma, a avaliação de riscos realizada não identificou fatores capazes de inviabilizar a contratação, concluindo-se que o processo apresenta viabilidade técnica e operacional, desde que observadas as medidas de controle, acompanhamento e gestão previstas nos instrumentos da contratação e na legislação aplicável.

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**  
**ANEXO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

1.1. Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, compreendendo itens destinados à manutenção, conservação, organização, apoio administrativo e operacional das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais, visando atender de forma contínua e eficiente às necessidades da Administração Pública do Município de Quijingue/BA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**LOTE 01 – RECIPIENTES PLÁSTICOS E UTENSÍLIOS ESCOLARES**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	CANECA PLASTICA ESCOLAR COMPOSIÇÃO FABRICADO EM POLIPROPILENO BMC OU SMC DE ALTA DURABILIDADE, VIRGEM, ATÓXICA E PIGMENTAÇÃO HOMOGENIA EM TODA A PEÇA CONFORME NORMAS DA ANVISA QUANTO A METAIS PESADOS ACABAMENTO FOSCO OU MICRO TEXTURIZADO. DIMENSÕES CAPACIDADE DE 300ML ALTURA 8,5 CM DIÂMETRO BOCA 77 MM TOLERÂNCIA 10MM. GARANTIA 36 MESES DE GARANTIA CONTRA VÍCIOS OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO A CONTAR DA DATA DA EXPEDIÇÃO DA NOTA FISCAL.	UNIDADES	6000	R\$ 4,13
2	COLHER PLÁSTICA 15 ML COMPRIMENTO DO CABO 12 CM, PARA MERENDA ESCOLAR.	UNIDADES	6000	R\$ 1,53
3	PRATO PLÁSTICO ESCOLAR, EM MATERIAL DE POLIPROPILENO (PP), EM MODELO LISO, FORMATO REDONDO, CAPACIDADE PARA 600ML, COM MEDIDAS MINIMAS DE 20CM DE	UNIDADES	6000	R\$ 4,84



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	COMPRIMENTO, 20CM DE LARGURA, 3,6 CM DE ALTURA.			
4	VASILHA COM TAMPA - CAPACIDADE: 10 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: 40CM X 26CM X 12,5CM. FABRICADA EM PLÁSTICO PP (POLIPROPILENO) LIVRE DE BPA (BISFENOL A).	UNIDADES	1000	R\$ 31,46
5	VASILHA EM MATERIAL PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 20 LITROS, COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA 46.7 CM X 32.3 CM X 17.9 CM COM TAMPA.	UNIDADES	1000	R\$ 43,02
6	VASILHA, PLASTICA, TRANSPARENTE, 30 CM DE DIAMETRO, CAPACIDADE 5 LITROS, COM TAMPA.	UNIDADES	1000	R\$ 17,80

**LOTE 02 – CAMA, BERÇO E ENXOVAL INFANTIL**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	COLCHONETE 1.20 X 60 X 4 CM - MATERIAL: ESPUMA - REVESTIMENTO: NAPA IMPERMEÁVEL SEM ZIPER - IDEAL: PARA CRECHES, ESCOLAS.	UNIDADES	1000	R\$ 49,29
2	EDREDOM PARA BERÇO-MALHA 100% ALGODÃO; ANTIALÉRGICO; MED. MÍNIMAS: 0,95 X 1,40 M, CORES AZUL, BRANCO, AMARELO E ROSA.	UNIDADES	1000	R\$ 58,58
3	FRONHA BEBÊ, MEDIDAS: 70 CM X 50 CM, COR BRANCA, TECIDO 100% ALGODÃO, 200 FIOS.	UNIDADES	3000	R\$ 26,07
4	LENÇOL PARA BERÇO C/ ELÁSTICO POLIÉSTER 300 FIOS, 1,60M X 1,00MM. INDICADO PARA COLCHÃO DE 1,30 M X 70 CM (BERÇO PADRÃO AMERICANO). TECIDO MICROPERCAL 300 FIOS PELETIZADO - 100% ALGODÃO. ACABAMENTO DISPERSO, OU SEJA, PODE SER LAVADO VÁRIAS VEZES QUE O TECIDO NÃO IRÁ DESBOTAR. NA COR BRANCO.	UNIDADES	3000	R\$ 27,48
5	TRAVESSEIRO INFANTIL PARA CRIANÇAS, ENCHIMENTO DE FIBRAS SINTÉTICAS,	UNIDADES	1000	R\$ 18,73



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	SILICONADAS EM FORMATO DE PÉROLAS, ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO. MEDINDO 30X40 COM 05 CM DE ALTURA.			
--	--	--	--	--

**LOTE 03 – UTENSÍLIOS DE COZINHA E MERENDA ESCOLAR**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	COLHER DE PAU MADEIRA OVAL TAMANHO GRANDE 60CM CLÁSSICA.	UNIDADES	600	R\$ 18,69
2	CONCHA LINHA HOTEL Nº12 EM ALUMÍNIO. ESPECIFICAÇÃO: COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 52CM, DIAMETRO DA CONCHA NO MÍNIMO 12CM, COM CABO LONGO, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO.	UNIDADES	600	R\$ 30,97
3	ESCORREDOR DE MACARRÃO INDUSTRIAL. CAPACIDADE: 21 LITROS. MATERIAL EM ALUMÍNIO COM 50 CM DE LARGURA (SEM CONTAR COM AS ALÇAS) E 60 CM (COM AS ALÇAS).	UNIDADES	60	R\$ 159,04
4	ESCORREDOR DE MACARRÃO INDUSTRIAL: 6,5 LITROS, EM AÇO INOXIDÁVEL, COM ALÇAS REFORÇADAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM X 12 CM.	UNIDADES	100	R\$ 46,68
5	FRIGIDEIRA INDUSTRIAL – Nº 32, CORPO E CABO FABRICADOS EM ALUMÍNIO BATIDO GROSSO, DE 1ª QUALIDADE, C/ NO MÍNIMO 4,0MM DE ESPESSURA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 3,5 LITROS, CABO C/ PEGADOR REVESTIDO EM MADEIRA ACABADA E ENVERNIZADA, CONTENDO SELO DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES DO FABRICANTE.	UNIDADES	150	R\$ 49,86
6	FRIGIDEIRA INDUSTRIAL - Nº 34, CAPACIDADE 4,7 LITROS, CORPO E CABO FABRICADOS EM ALUMÍNIO BATIDO GROSSO, DE 1ª QUALIDADE, C/ NO MÍNIMO 4,0MM DE ESPESSURA, CABO C/ PEGADOR REVESTIDO EM MADEIRA ACABADA E ENVERNIZADA, CONTENDO	UNIDADES	150	R\$ 84,78



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	SELO DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES DO FABRICANTE.			
--	---	--	--	--

**LOTE 04 – PANEAS, CALDEIRÕES E CUSCUZEIROS**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	CALDEIRÃO EM ALUMÍNIO 20 LITROS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ALUMÍNIO POLIDO COM ABA E TAMPA. DIÂMETRO – ALTURA: 30X30CM.	UNIDADES	300	R\$ 123,21
2	CALDEIRAO EM ALUMÍNIO 30 LITROS. ESPECIFICACOES MÍNIMAS: ALUMÍNIO POLIDO COM ABA E TAMPA. DIAMETRO - ALTURA: 35X35CM.	UNIDADES	300	R\$ 183,84
3	CALDEIRAO EM ALUMÍNIO 50 LITROS. ESPECIFICACOES MÍNIMAS: ALUMÍNIO POLIDO COM ABA E TAMPA. DIMENSÃO DO PRODUTO ( A X L X P ): 43X53X53CM.	UNIDADES	300	R\$ 244,93
4	CUSCUZEIRA Nº50, LINHA INDUSTRIAL, COM BASE, TAMPA E ALÇAS E COM CAPACIDADE DE 44 LITROS. EM ALUMÍNIO POLIDO, LINHA INDUSTRIAL. CORPO INTEIRIÇO, COM BASE E TAMPA. COM ALÇAS LATERAIS EM ALUMÍNIO. ESPESSURA MÍNIMA: 3 MILÍMETROS. COM ACABAMENTO PERFEITO, ISENTO DE CANTOS VIVOS OU REBARBAS EM SUAS ARESTAS, OU QUAISQUER OUTROS DEFEITOS PREJUDICIAIS À SUA UTILIZAÇÃO.	UNIDADES	100	R\$ 237,50
5	CUSCUZEIRO ALUMÍNIO LINHA HOTEL INDUSTRIAL Nº 30. COMPOSTO POR CANECÃO DE ALUMÍNIO REFORÇADO DE ESPESSURA 1,40MM E ALÇAS DE ALUMÍNIO FUNDIDO, COM SUPORTE PENEIRA PARA FÁCIL MANEJO E TAMPA TAMBÉM DE ALUMÍNIO. DIMENSÕES DO PRODUTO: CAPACIDADE: 19 LITROS, DIÂMETRO APROXIMADO DA BOCA: 30CM, ALTURA APROXIMADA: 33,5 CM, DIÂMETRO APROXIMADO DO SUPORTE: 22 CM, ALTURA DO SUPORTE: 19 CM.	UNIDADES	300	R\$ 80,47



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6	PANELA DE PRESSÃO EM ALUMÍNIO POLIDO, CAPACIDADE PARA 10 LITROS, MODELO DOMÉSTICO, COM ALÇAS E CABO DE BAQUELITE, FECHAMENTO INTERNO, COM VÁLVULA E TRAVA DE SEGURANÇA.	UNIDADES	150	R\$ 169,30
7	PANELA DE PRESSAO INDUSTRIAL 25 LITROS: EM ALUMÍNIO POLIDO É RÁPIDA, PRÁTICA, SEGURA, EFICIENTE E ECONÔMICA. POSSUI TAMPA COM 06 SISTEMAS DE SEGURANÇA, INCLUSIVE UMA VÁLVULA QUE TRAVA A TAMPA CASO AINDA EXISTA PRESSÃO NA PANELA. MATERIAL: ALUMÍNIO POLIDO PEGADOR: BAQUELITE CAPACIDADE: 25 LITROS DIÂMETRO: 30 CM ESPESSURA: 3,3 MM ALTURA BASE: 35 CM COMPRIMENTO DE CABO A CABO: 48 CM PRESSÃO DE TRABALHO: 80 KPA INDICADOR DE PRESSÃO: VÁLVULA PINO DE TRAVAMENTO NÃO PERMITE ABERTURA DA TAMPA SE TIVER PRESSÃO. DIÂMETRO 30 CM PESO 5 KG TIPO DE REVESTIMENTO EXTERIOR ALUMÍNIO.	UNIDADES	120	R\$ 438,37

**LOTE 05 – GARRAFAS TÉRMICAS**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE: 3 LITROS. MATERIAL EXTERNO: POLIPROPILENO (PP) OU AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL INTERNO: AÇO INOXIDÁVEL OU VIDRO COM REVESTIMENTO TÉRMICO, GARANTINDO CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA. ISOLAMENTO TÉRMICO: DUPLA PAREDE COM VÁCUO OU ESPUMA ISOLANTE PARA MANTER LÍQUIDOS QUENTES OU FRIOS POR LONGOS PERÍODOS. TAMPA: VEDAÇÃO EFICIENTE, COM SISTEMA DE ABERTURA/FECHAMENTO SEGURO PARA	UNIDADES	200	R\$ 148,85



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	EVITAR VAZAMENTOS. BICO / SISTEMA DE SERVIR: COM ACIONAMENTO POR PRESSÃO.			
2	GARRAFA TÉRMICA, CAPACIDADE: 5 LITROS. MATERIAL EXTERNO: POLIPROPILENO (PP) OU AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL INTERNO: AÇO INOXIDÁVEL OU VIDRO COM REVESTIMENTO TÉRMICO, GARANTINDO CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA. ISOLAMENTO TÉRMICO: DUPLA PAREDE COM VÁCUO OU ESPUMA ISOLANTE PARA MANTER LÍQUIDOS QUENTES OU FRIOS POR LONGOS PERÍODOS. TAMPA: VEDAÇÃO EFICIENTE, COM SISTEMA DE ABERTURA/FECHAMENTO SEGURO PARA EVITAR VAZAMENTOS. BICO / SISTEMA DE SERVIR: COM ACIONAMENTO POR PRESSÃO.	UNIDADES	300	R\$ 223,84

1.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo setor competente.

1.3. Os materiais deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos estimados e demais exigências constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

1.4. A contratação visa garantir o abastecimento regular das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais do Município, assegurando a continuidade dos serviços públicos e o adequado atendimento das demandas institucionais das diversas Secretarias Municipais.

1.5. O critério de julgamento da futura licitação será o de MENOR PREÇO POR LOTE, observadas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

## **02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

2.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.2. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

2.3. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto caracteriza-se como fornecimento de bens comuns, uma vez que os produtos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, permitindo sua descrição de forma clara e precisa no Termo de Referência.

2.4. Os materiais a serem adquiridos são amplamente comercializados no mercado nacional, possuindo características padronizadas e fornecedores em quantidade suficiente para assegurar ampla competitividade ao certame.

2.5. Em razão das características do objeto, a seleção do fornecedor ocorrerá mediante procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, e do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

2.6. A contratação será formalizada para atendimento das necessidades contínuas da Administração Municipal, mediante fornecimento parcelado, conforme demanda das Secretarias Municipais, observadas as condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.7. Considerando a natureza dos materiais, os quantitativos estimados e a dinâmica de consumo dos diversos órgãos municipais, conclui-se que a classificação do objeto como fornecimento de bens comuns mostra-se adequada e compatível com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e com a realidade do mercado fornecedor.

2.8. A presente contratação observa integralmente os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, competitividade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

### **03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.**

3.1. A descrição detalhada da solução adotada encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente processo administrativo e subsidia a presente contratação.

3.2. A solução consiste na contratação da alternativa identificada como mais vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa, conforme estudos realizados na fase de planejamento da contratação, observadas as especificações, quantitativos, requisitos técnicos e condições de execução definidos neste Termo de Referência.

3.3. A futura contratada será responsável pela execução integral do objeto contratado, incluindo o fornecimento de bens, materiais,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

equipamentos, mão de obra, serviços, logística e demais recursos necessários, quando aplicáveis, garantindo o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública.

3.4. A execução deverá ocorrer em estrita observância às especificações técnicas, condições de qualidade, prazos, níveis de desempenho e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

3.5. A solução adotada foi definida com base nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável, demonstrando-se adequada para o atendimento da demanda administrativa identificada.

3.6. Considera-se que a solução proposta atende integralmente à necessidade da Administração, apresentando viabilidade técnica e econômica, compatibilidade com o mercado fornecedor e potencial para geração dos resultados pretendidos pela contratação.

#### **04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

4.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos que compõem a Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

4.2. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de avarias, defeitos, adulterações, recondicionamento ou qualquer condição que comprometa sua utilização, segurança, funcionalidade ou durabilidade.

4.3. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando os padrões mínimos de qualidade exigidos pela Administração.

4.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados e embalados, de forma a preservar sua integridade durante o transporte, armazenamento e utilização.

4.5. Os utensílios destinados ao preparo, armazenamento, manipulação e distribuição de alimentos deverão ser fabricados com materiais adequados ao contato com alimentos, observando as normas sanitárias vigentes.

4.6. Os produtos destinados às unidades escolares, creches e demais equipamentos públicos deverão possuir características que garantam segurança, resistência, durabilidade e adequação à finalidade a que se destinam.

4.7. Quando aplicável, os materiais deverão atender às normas técnicas expedidas pela ABNT, INMETRO, ANVISA e demais órgãos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

competentes, bem como possuir certificações, registros ou selos exigidos pela legislação vigente.

4.8. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente.

4.9. A contratada deverá possuir capacidade operacional suficiente para atender aos quantitativos solicitados durante toda a vigência contratual.

4.10. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração Municipal, observando os prazos, condições e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.11. A contratada será responsável por todas as despesas relacionadas ao transporte, carregamento, descarregamento, entrega e demais custos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

4.12. Os materiais entregues serão submetidos à conferência e fiscalização pela Administração, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

4.13. Os produtos recusados pela fiscalização deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela contratante.

4.14. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

4.15. Os materiais fornecidos deverão observar as normas ambientais, sanitárias, de segurança e qualidade aplicáveis ao objeto da contratação.

4.16. A futura contratação deverá garantir o abastecimento contínuo das unidades administrativas, educacionais e assistenciais do Município, contribuindo para a manutenção da eficiência dos serviços públicos e para o adequado atendimento das necessidades da Administração Municipal.

## **05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.**

5.1. O objeto será executado mediante fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, conforme as necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

5.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração, contendo os quantitativos, especificações e locais de entrega dos materiais solicitados.

5.3. A contratada deverá fornecer os materiais rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, não sendo admitida a entrega de produtos com características inferiores ou divergentes das exigidas.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação e acondicionamento, devidamente embalados e protegidos contra danos decorrentes do transporte e manuseio.

5.5. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração Municipal, dentro dos limites territoriais do Município de Quijingue/BA, observando os horários e condições previamente estabelecidos pela contratante.

5.6. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser reduzido ou ampliado pela Administração mediante justificativa devidamente fundamentada.

5.7. O transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos materiais serão de inteira responsabilidade da contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração.

5.8. Os materiais serão recebidos provisoriamente para conferência quantitativa e qualitativa, oportunidade em que serão verificadas as especificações, quantidades, integridade e condições de utilização dos produtos entregues.

5.9. Após a verificação da conformidade dos materiais com as exigências contratuais, será realizado o recebimento definitivo pela Administração.

5.10. Os produtos que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas serão recusados, devendo ser substituídos pela contratada sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.11. A substituição dos materiais recusados deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da contratada.

5.12. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.13. A contratada deverá manter capacidade operacional suficiente para atender às demandas da Administração durante toda a vigência contratual.

5.14. Os quantitativos constantes deste Termo de Referência representam mera estimativa de consumo, não constituindo obrigação da Administração de adquirir sua totalidade, sendo as solicitações realizadas conforme a necessidade dos órgãos demandantes.

5.15. A execução contratual deverá observar todas as normas legais, regulamentares, técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao objeto da contratação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.16. A contratada responderá integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, assumindo a responsabilidade por quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades identificadas durante a execução contratual.

#### **06 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.**

6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela autoridade competente, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, controle dos prazos, adoção das providências administrativas necessárias e comunicação entre a Administração e a contratada.

6.3. A fiscalização contratual será responsável por verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto à qualidade dos materiais fornecidos, conformidade com as especificações técnicas, prazos de entrega e demais condições estabelecidas no contrato e seus anexos.

6.4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar esclarecimentos, documentos, informações e providências necessárias ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.5. A contratada deverá atender prontamente às solicitações formuladas pela fiscalização, prestando todas as informações necessárias à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

6.6. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, defeitos ou vícios identificados nos materiais fornecidos.

6.7. Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em instrumento próprio, permitindo o acompanhamento histórico da execução e subsidiando eventual aplicação de sanções administrativas.

6.8. Verificado o descumprimento de obrigações contratuais, a contratada será formalmente notificada para promover a regularização da situação no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.9. O acompanhamento da execução contratual compreenderá, entre outros aspectos:

6.9.1. Controle das Ordens de Fornecimento emitidas;

6.9.2. Verificação dos prazos de entrega;

6.9.3. Conferência dos quantitativos fornecidos;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.9.4. Avaliação da conformidade dos materiais com as especificações exigidas;

6.9.5. Controle dos recebimentos provisório e definitivo;

6.9.6. Registro de ocorrências, notificações e eventuais penalidades;

6.9.7. Acompanhamento da manutenção das condições de habilitação da contratada.

6.10. O pagamento das faturas ficará condicionado à comprovação da regular execução das obrigações contratuais e ao atesto do fiscal do contrato.

6.11. A Administração poderá realizar diligências, inspeções e demais procedimentos de controle destinados à verificação da adequada execução contratual, sempre que julgar necessário.

6.12. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.

6.13. A gestão e fiscalização contratual observarão os princípios da legalidade, eficiência, interesse público, economicidade, transparência e continuidade dos serviços públicos, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

## **07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

7.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com os materiais efetivamente fornecidos, recebidos e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.2. A medição para fins de pagamento corresponderá aos quantitativos efetivamente entregues pela contratada, devidamente conferidos e atestados pelo fiscal do contrato.

7.3. Somente serão considerados para pagamento os materiais efetivamente entregues e recebidos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4. A contratada deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente aos materiais fornecidos, acompanhada da documentação necessária à liquidação da despesa.

7.5. O fiscal do contrato realizará a conferência dos materiais entregues, verificando quantitativos, especificações, qualidade, integridade dos produtos e demais requisitos exigidos para recebimento do objeto.

7.6. Constatada qualquer irregularidade nos materiais fornecidos ou na documentação apresentada, o pagamento ficará suspenso até a completa regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo dos materiais e da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária para conta de titularidade da contratada, informada nos autos do processo ou indicada formalmente durante a execução contratual.

7.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência relacionada à execução contratual, ao cumprimento das obrigações assumidas ou à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigível.

7.10. Os preços contratados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, transporte, fretes, seguros, embalagens e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.

7.11. A Administração efetuará as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

7.12. Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados na forma da legislação aplicável.

7.13. O pagamento não implica reconhecimento definitivo da qualidade dos materiais fornecidos, permanecendo a contratada responsável por eventuais vícios, defeitos ou irregularidades constatadas posteriormente.

7.14. A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do direito adquirido pelo credor e da comprovação do adimplemento das obrigações contratuais, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.15. Os pagamentos observarão a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

## **08 - RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.**

8.1. O recebimento dos materiais e utensílios de uso geral será realizado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos neste Termo de Referência.

8.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos materiais, mediante conferência preliminar dos quantitativos, das embalagens, das condições de transporte e da documentação que acompanha os produtos.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.3. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos materiais fornecidos, nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, conformidade e adequação dos produtos entregues.

8.4. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal do contrato ou servidor formalmente designado pela Administração, após a verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Durante a análise para recebimento definitivo serão verificados, entre outros aspectos:

8.5.1. Quantitativos entregues;

8.5.2. Conformidade com as especificações técnicas;

8.5.3. Integridade das embalagens;

8.5.4. Qualidade dos materiais fornecidos;

8.5.5. Condições de uso e funcionamento dos produtos, quando aplicável;

8.5.6. Atendimento às exigências constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora.

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, desde que não sejam constatadas irregularidades nos materiais entregues.

8.7. Constatadas irregularidades, defeitos, divergências, vícios, inadequações ou desconformidades em relação às especificações exigidas, a Administração recusará os materiais, total ou parcialmente, notificando formalmente a contratada para substituição.

8.8. Os materiais recusados deverão ser substituídos pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

8.9. A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes da substituição dos materiais recusados, incluindo transporte, carregamento, descarregamento e demais custos relacionados.

8.10. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação, inadequação dos produtos ou demais responsabilidades previstas na legislação aplicável.

8.11. Nenhum material será considerado definitivamente recebido enquanto houver pendências relacionadas à sua qualidade, especificação, quantidade ou conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.12. O recebimento dos materiais será formalizado mediante atesto do fiscal do contrato ou servidor designado, documento indispensável para fins de liquidação da despesa e realização do pagamento.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.13. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal, contendo todas as informações necessárias à identificação do fornecimento e à conferência pela Administração.

8.14. A Administração poderá realizar diligências, inspeções e verificações complementares sempre que entender necessário para assegurar a correta execução do objeto contratado.

8.15. O recebimento do objeto observará os princípios da eficiência, economicidade, interesse público, qualidade, segurança e continuidade dos serviços públicos, garantindo o adequado atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

#### **09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.**

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.

9.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º "Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

#### **9.2. Modalidade de Licitação**

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

#### **9.3. Critério de Julgamento**

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de: **MENOR PREÇO POR LOTE**. A proposta deverá considerar todos os custos diretos e indiretos.

#### **9.4 Justificativa do Critério de Julgamento**

9.4.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;

9.4.1.2. Interdependência técnica entre os componentes do sistema;

9.4.1.3. Responsabilidade única da contratada;

9.4.1.4. Maior eficiência na execução;

9.4.1.5. Inviabilidade técnica do parcelamento;

9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### **9.5. Modo de Disputa**

9.5.1. Será adotado o modo de disputa: **ABERTO**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

#### **9.6. Justificativa do Modo de Disputa**

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;

9.6.1.2. Permitir transparência no processo licitatório;

9.6.1.3. Possibilitar a obtenção de melhor propostas por meio de lances sucessivos.

#### **9.7. Participação dos Licitantes**

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

9.7.1.1. Atuem no ramo compatível com o objeto;

9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;

9.7.1.3. Comproven capacidade técnica e regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira.

### **10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

**Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.**

#### **10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

continua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

**10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.3.2. Disposições Gerais**

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

#### **10.4. Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

**10.4.2. Disposições Gerais**

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

**10.5. Qualificação Técnica:**

10.5.1. A comprovação da qualificação técnica será realizada mediante apresentação de documentos que demonstrem aptidão da licitante para execução de atividades compatíveis com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando aptidão para fornecimento compatível com o objeto licitado, demonstrando capacidade para fornecimento de materiais de higiene pessoal, produtos de uso individual, itens de cama e banho, materiais infantis, produtos de cuidados pessoais, kits de primeiros socorros e/ou materiais correlatos.

10.5.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, desde que os documentos apresentados permitam verificar a compatibilidade entre os objetos executados e o objeto da contratação.

10.5.4. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

- a) Identificação da pessoa jurídica emitente;
- b) Identificação da empresa executora;
- c) Descrição do objeto executado;
- d) Quantitativos executados, quando aplicável;
- e) Período de execução;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

f) Manifestação quanto ao cumprimento satisfatório das obrigações assumidas.

10.5.5. A Administração poderá promover diligências para confirmação das informações constantes nos documentos apresentados, inclusive junto aos emitentes dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.6. As exigências de qualificação técnica observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, vedadas exigências excessivas que possam restringir indevidamente a ampla participação no certame.

10.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte ao fornecimento, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.5.8. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar experiência compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, observando-se o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, vedada a exigência de quantitativos mínimos excessivos capazes de restringir a competitividade.

10.5.9. Consideram-se compatíveis com o objeto da contratação atestados relacionados ao fornecimento de materiais e utensílios de uso geral, utensílios domésticos, recipientes plásticos, materiais para copa e cozinha, utensílios destinados ao preparo e distribuição de alimentos, materiais infantis, itens de cama e banho, materiais para creches, escolas, unidades administrativas e demais materiais correlatos, desde que demonstrem capacidade operacional compatível com a natureza e complexidade do objeto licitado.

10.5.10. A Administração poderá solicitar documentos complementares destinados à verificação da autenticidade e legitimidade das informações apresentadas, observando as disposições do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

## **11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.**

11.1. Fornecer os materiais e utensílios de uso geral de acordo com as especificações, quantidades, marcas ofertadas, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual.

11.2. Entregar os materiais em perfeitas condições de uso, conservação e acondicionamento, observando os padrões de qualidade exigidos pela Administração.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.3. Realizar as entregas nos locais indicados pelas Secretarias Municipais demandantes, dentro dos prazos estabelecidos pela Administração.

11.4. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carregamento, descarregamento, acondicionamento e entrega dos materiais, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

11.5. Garantir que os produtos fornecidos sejam novos, de primeiro uso, originais de fábrica e estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

11.6. Quando aplicável, fornecer materiais que atendam às normas técnicas, sanitárias, de segurança e qualidade expedidas pelos órgãos competentes.

11.7. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, durabilidade e adequação dos materiais fornecidos durante toda a execução contratual.

11.8. Substituir, às suas expensas, os materiais recusados pela fiscalização em razão de defeitos, avarias, divergências de especificação ou qualquer desconformidade com as exigências da contratação.

11.9. Promover a substituição dos materiais rejeitados no prazo máximo estabelecido pela Administração, contado da respectiva notificação.

11.10. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

11.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários e demais obrigações decorrentes da execução do objeto.

11.12. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a execução contratual ou causar atraso no fornecimento dos materiais.

11.13. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração.

11.14. Atender prontamente às determinações emitidas pelo gestor e pelo fiscal do contrato.

11.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em que forem verificados vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades.

11.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

11.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.18. Cumprir as normas ambientais, sanitárias, de segurança, transporte e demais legislações aplicáveis ao objeto contratado.

11.19. Fornecer, sempre que solicitado pela Administração, catálogos, fichas técnicas, manuais, certificados de qualidade e demais documentos relacionados aos produtos fornecidos, quando aplicável.

11.20. Responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade dos documentos apresentados durante o procedimento licitatório e durante a execução contratual.

11.21. Manter sigilo sobre informações eventualmente obtidas em razão da execução contratual, quando sua divulgação não for autorizada pela Administração.

11.22. Cumprir integralmente as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual.

11.23. Arcar com todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive fretes, seguros, embalagens, tributos, taxas, contribuições e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.

11.24. Garantir o fornecimento contínuo dos materiais durante toda a vigência contratual, de forma a não comprometer o funcionamento das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais do Município de Quijingue/BA.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.**

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Edital, este Termo de Referência e a proposta apresentada.

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

12.4. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de gestor e fiscal formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou com as exigências contratuais.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

12.7. Notificar formalmente a contratada acerca de qualquer irregularidade constatada durante a execução contratual.

12.8. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

12.9. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto contratado.

12.10. Emitir as Ordens de Fornecimento contendo os quantitativos, especificações e demais informações necessárias para a execução do objeto.

12.11. Disponibilizar os locais indicados para recebimento dos materiais e promover as condições necessárias para realização das entregas.

12.12. Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a verificação da conformidade dos materiais efetivamente fornecidos e recebidos.

12.13. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

12.14. Proceder à retenção dos tributos e contribuições, quando exigido pela legislação aplicável.

12.15. Zelar pela adequada gestão e fiscalização contratual, adotando as providências necessárias para assegurar o fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

12.16. Registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução contratual e manter controle dos fornecimentos realizados durante a vigência do contrato.

12.17. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela contratada, desde que relacionados à execução do objeto.

12.18. Observar a ordem cronológica de pagamentos e as demais disposições previstas no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.19. Promover todos os atos administrativos necessários à regular execução do contrato, visando assegurar a continuidade do abastecimento das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais do Município.

12.20. Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

### **13 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.**

13.1. Exigência da Garantia

13.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

**13.2. Modalidades de Garantia**

13.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

13.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

13.2.1.2. Seguro-garantia;

13.2.1.3. Fiança bancária.

**13.3. Escolha da Modalidade**

13.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

**13.4. Prazo para Apresentação**

13.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

13.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

13.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

**13.5. Vigência da Garantia**

13.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

**13.6. Execução da Garantia**

13.6.1. A garantia poderá ser utilizada para:

13.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

13.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

13.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais.

**13.7. Disposições Complementares**

13.7.1. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, utilização e eventual execução da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

**14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.**

**14.1. Disposições Gerais**

14.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.2. Sanções Aplicáveis**

14.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

14.2.1.1. Advertência;

14.2.1.2. Multa;

14.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

14.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 Multas

14.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

14.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

14.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.3.2. Os percentuais e condições de aplicação serão definidos no contrato administrativo.

14.4. Impedimento de Licitar e Contratar

14.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

14.5. Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.6. Procedimento

14.6.1. A aplicação das sanções observará:

14.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

14.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

14.6.1.3. Motivação da decisão administrativa.

14.7 Registro das Penalidades

14.7. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

## **15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

**Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.**

15.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 895.138,80 (oitocentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e oitenta centavos)**, apurado mediante pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

15.2. A formação do preço estimado considerou pesquisa realizada junto ao Banco de Preços, utilizando referências oriundas de contratações públicas, atas, licitações homologadas e demais fontes admitidas pela legislação vigente, buscando refletir os preços praticados pelo mercado para objetos de características semelhantes.

15.3. Para definição dos valores unitários estimados foi adotado o método da média aritmética dos preços válidos obtidos durante a pesquisa



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

de mercado, observando os critérios técnicos previstos na legislação aplicável.

15.4. Os valores constantes do orçamento estimativo representam referência para fins de julgamento das propostas e verificação da vantagem da contratação, não constituindo obrigação de contratação integral dos quantitativos previstos.

15.5. Os quantitativos estimados foram definidos com base no levantamento das necessidades das Secretarias Municipais demandantes, considerando o consumo histórico, as demandas projetadas e o atendimento contínuo das atividades administrativas, educacionais, assistenciais e operacionais do Município.

15.6. Os preços registrados na proposta vencedora deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, transporte, frete, seguro, embalagem, logística, armazenamento e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.

15.7. A Administração poderá promover negociação visando à obtenção de proposta mais vantajosa, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

15.8. O orçamento detalhado contendo os valores unitários e globais dos itens que compõem a contratação integra os autos do processo administrativo e servirá como parâmetro para análise da exequibilidade e aceitabilidade das propostas apresentadas pelos licitantes.

**16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

<b>Unidade</b>	<b>Projeto / Atividade</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte</b>
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2046 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00 Material de Consumo	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

			15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Precatórios do FUNDEF
--	--	--	---

16.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

#### **17 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:**

**Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.**

17.1. A contratação deverá observar, sempre que possível, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

17.2. Os materiais fornecidos deverão ser produzidos, comercializados e transportados em observância à legislação ambiental vigente, cabendo à contratada adotar medidas destinadas à redução dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

17.3. Sempre que aplicável, deverão ser priorizados produtos fabricados com matérias-primas de menor impacto ambiental, materiais recicláveis, reutilizáveis ou que possibilitem destinação ambientalmente adequada após sua vida útil.

17.4. As embalagens utilizadas deverão, sempre que possível, ser produzidas com materiais recicláveis ou reutilizáveis, buscando minimizar a geração de resíduos sólidos.

17.5. A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis ao transporte, armazenamento, comercialização e descarte dos materiais



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

fornecidos, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das obrigações legais pertinentes.

17.6. Os materiais destinados ao preparo, armazenamento e distribuição de alimentos deverão atender às normas sanitárias e ambientais vigentes, garantindo segurança, qualidade e adequação ao uso pretendido.

17.7. A Administração estimulará a adoção de práticas voltadas à redução do desperdício, ao uso racional dos materiais adquiridos e à correta destinação dos resíduos gerados durante sua utilização.

17.8. Quando houver exigência legal ou regulamentar específica, a contratada deverá apresentar certificações, registros, licenças ou documentos que comprovem a regularidade ambiental dos produtos fornecidos.

17.9. A presente contratação não apresenta impactos ambientais significativos ou de alta complexidade, uma vez que se destina ao fornecimento de materiais e utensílios de uso geral, amplamente comercializados no mercado, sendo os eventuais impactos mitigáveis mediante observância da legislação ambiental aplicável e adoção das boas práticas de sustentabilidade.

17.10. A execução contratual deverá observar os princípios da prevenção, da responsabilidade ambiental, da eficiência no uso dos recursos públicos e do desenvolvimento sustentável, buscando compatibilizar a satisfação das necessidades da Administração com a proteção do meio ambiente.

#### **18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:**

**Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.**

18.1. Em observância ao disposto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade, promover a participação de maior número de fornecedores e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18.2. Considerando que os materiais e utensílios objeto da contratação possuem características distintas, aplicações específicas e mercados fornecedores diversificados, verificou-se que o parcelamento mostra-se técnica e economicamente recomendável.

18.3. A divisão do objeto em lotes foi estruturada com base na similaridade dos materiais, afinidade funcional, características técnicas e compatibilidade mercadológica, permitindo melhor organização da disputa e maior especialização dos fornecedores participantes.

18.4. O parcelamento adotado contribui para ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de empresas de diferentes portes e segmentos de atuação, sem comprometer a eficiência da futura contratação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

18.5. A medida também favorece a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, uma vez que possibilita maior concorrência entre fornecedores especializados em cada grupo de materiais.

18.6. A divisão em lotes não compromete a padronização, a logística de fornecimento, a gestão contratual ou o controle da execução, mostrando-se compatível com as necessidades da Administração Municipal.

18.7. O parcelamento permitirá maior eficiência na gestão dos fornecimentos, reduzindo riscos de desabastecimento e facilitando o acompanhamento da execução contratual por parte dos gestores e fiscais designados.

18.8. Foram observados os princípios da economicidade, eficiência, competitividade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

18.9. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto em lotes constitui a solução mais adequada para a presente contratação, atendendo ao interesse público e às disposições do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da economia de escala, da competitividade e da eficiência administrativa.

## **19 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.**

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A prorrogação contratual estará condicionada à manutenção das condições de habilitação da contratada, à regular execução do objeto e à demonstração de que a continuidade da contratação atende ao interesse público.

19.3. Durante a vigência contratual, os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo.

19.4. A eventual prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

19.5. O prazo de vigência poderá ser ajustado em conformidade com a natureza contínua do serviço, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites estabelecidos na legislação vigente.

19.6. O encerramento do contrato não prejudicará a conclusão dos serviços já iniciados, os quais deverão ser finalizados pela contratada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **20 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Base legal: Lei nº 14.133/2021.**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, constituindo documento integrante da fase preparatória da contratação.

20.2. As condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos neste Termo de Referência visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público.

20.3. A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação das condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo administrativo.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento nas disposições da Lei nº 14.133/2021, nos princípios gerais do Direito Administrativo e nas demais normas aplicáveis à matéria.

20.5. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, observadas as disposições legais vigentes.

20.6. As informações constantes neste Termo de Referência servirão de base para elaboração do Edital, da proposta comercial, da execução contratual e dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento do contrato.

20.7. A contratada ficará obrigada a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação aplicável em caso de descumprimento.

20.8. A futura contratação será regida pelas cláusulas e condições constantes do respectivo instrumento contratual, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

20.9. Os quantitativos constantes deste Termo de Referência possuem caráter estimativo, podendo sofrer variações conforme as necessidades da Administração durante a execução contratual, observados os limites legais aplicáveis.

20.10. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins legais, o orçamento estimativo, a pesquisa de preços, o Estudo Técnico Preliminar, o Documento de Formalização da Demanda e os demais documentos que compõem a fase preparatória da contratação.

20.11. Fica eleito o interesse público como fundamento norteador de todas as decisões relacionadas à presente contratação, devendo a execução contratual observar os princípios da eficiência, economicidade, continuidade dos serviços públicos e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

20.12. A presente contratação destina-se ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Quijingue/BA, contribuindo para a manutenção e continuidade dos serviços públicos prestados à população.

**Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

# EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**

**ANEXO III**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais e utensílios de uso geral, compreendendo itens destinados à manutenção, conservação, organização, apoio administrativo e operacional das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais, visando atender de forma contínua e eficiente às necessidades da Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						
<b>RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE</b>						
_____			____/____/____			
LOCAL			DATA			
_____ ASSINATURA						

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**  
**ANEXO V**  
**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº .....,  
com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores  
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade,  
estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato,  
nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a)  
....., (nacionalidade, estado civil, profissão),  
portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela .....,  
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda,  
sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu  
mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao  
Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao  
procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
PE027/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de  
recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições,  
confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e  
praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do  
proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal  
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**  
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e CPF Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ( ) Não ( )**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ( ) Não ( )**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ( ) Não ( )**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ( ) Não ( )**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ( ) Não ( )**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Sim ( ) Não ( )**

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;
- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

# EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**

**ANEXO VII**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:**

**CONTRATANTE:** De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRÉVIA:**

*As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 086/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:**

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

#### **Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Unidade	Projeto / Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2046 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	3.3.90.30.00 Material de Consumo	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Pecatórios do FUNDEF

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Quijingue**

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

**José Romero Rocha Matos Filho**

Representante legal do CONTRATANTE

**Fundo Municipal de \*\*\*\*\* de Quijingue**

CNPJ Nº \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

Gestora Fundo

**Contratante**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratada**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026**  
**ANEXO VIII**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**

**CNPJ:**

**Representante:**

**Telefone:**

**Email:**

**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 – Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE027/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 – Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 – Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 – A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

### **CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

#### **CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX